

Corpo humano, palco onde o gênero, sexualidade e diferença são vividos: uma possível confluência do biológico e do social para professores de biologia

Human body, stage where gender, sexuality and difference are experienced: a possible confluence of the biological and the social for biology teachers

Cintia Müller Leal

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cintiamullerleal@gmail.com

Rochele de Quadros Loguercio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rochelel@gmail.com

Resumo

Este texto faz parte de uma tese de doutorado que busca discutir como os professores de biologia enfrentam dificuldades em ampliar os conceitos de sexo, gênero e sexualidade para além da visão determinista e de que formas a ciência positivista dificulta uma abordagem sócio-histórico-cultural sobre o tema. O tensionamento entre o corpo orgânico e o corpo político pode auxiliar na compreensão da construção discursiva do corpo. Seguindo trajeto metodológico de Michel Foucault se fez uma busca documental para evidenciar como essa discussão sobre sexo/gênero/sexualidade atravessa diferentes documentos constituindo-se em uma prática discursiva cuja emergência em sala de aula começa a se fazer necessária. A epistemologia positivista ainda hegemônica nas ciências biológicas dificulta a compreensão da diferença ao apoiar-se numa visão determinista do corpo humano e na dicotomia natureza-cultura, ignorando que a linguagem não apenas descreve o corpo humano, mas produz discursos e verdades que constroem realidades que invisibilizam a diferença.

Palavras chave: formação de professores, gênero e sexualidade, corpo político, epistemologia positivista, construção discursiva do corpo.

Abstract

This text is part of a doctoral thesis that seeks to discuss how biology teachers face difficulties in expanding the concepts of sex, gender and sexuality beyond the deterministic view and in what ways positivist science hinders a socio-historical-cultural approach to the theme. The tension between the organic body and the political body can help to understand the discursive construction of the body. Following Michel Foucault's methodological path, a documentary search was made to show how this discussion about sex / gender / sexuality crosses different documents constituting a discursive practice whose emergence in the classroom is becoming necessary. The positivist epistemology still hegemonic in the biological sciences makes it difficult to understand the difference by relying on a deterministic view of the human body,

ignoring that language not only describes the human body, but produces discourses and truths that build realities that make the difference invisible.

Keywords: teacher education, gender and sexuality, political body, positivist epistemology, discursive construction of the body.

Introdução

Os professores de Biologia deparam-se frequentemente com dúvidas, tabus e polêmicas em sala de aula, especialmente quando seus alunos questionam (ou silenciam) ansiedades e angústias quanto a seus corpos e sexualidades. Na prática docente prevalece a perspectiva biologicista da sexualidade, em que são abordados assuntos próximos, como sexo biológico, sistema reprodutor masculino e feminino, fecundação, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis, dentre outros. Maria Cláudia Dal’Igna (2017), analisando trabalhos publicados da ANPED, no GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação de 2004 à 2014 observou que os trabalhos raramente encontraram aspectos históricos ou socioculturais da sexualidade humana incorporados à prática docente e as escolas, de modo geral, parecem optar por conduzir atividades ligadas à sexualidade de forma bastante cautelosa, buscando amparo na ciência positivista (CASTRO, 2008), ignorando a subjetividade imanente na construção dos conhecimentos científicos. O mais comum é o professor refugiar-se nas explicações biológicas, fundamentando seu discurso em aspectos anatômicos, cromossômicos e hormonais para explicar e tentar atender às demandas dos estudantes nessa terceira década do século XXI.

Segundo Zilene Soares e Simone Monteiro (2019), uma grande parte dos professores de biologia se sente despreparada para abordar estes temas e, de alguma forma, desconfortável ao expor e falar de sexualidades. Mas ao mesmo tempo, considerando a escola um importante espaço de socialização de crianças, jovens e adultos, a discussão envolvendo a diversidade de gênero e sexualidade precisa entrar no dia-a-dia escolar trazida pelos/as professores/as na busca pela democracia e a redução das desigualdades no Brasil.

Michel Foucault em “A história da sexualidade, a vontade de saber”, evidenciou que os discursos sobre a sexualidade tiveram, sim, uma grande explosão desde o século XIX, discursos estes de ordem médica, psiquiátrica, pedagógica, jurídica, religiosa, que tanto proliferam “verdades” quanto normatizam determinados comportamentos, ao contrário do que pregava a hipótese repressiva¹. Foucault não descarta a dimensão biológica, mas prioriza o papel das instituições e dos discursos na construção da sexualidade, onde a “verdade” revelada pela confissão ao padre, ao juiz, ao professor, ao psicanalista, não é “descoberta” e sim produzida em jogos de saber-poder². Tamsin Spargo (2019), ao interpretar a obra de Foucault afirma que “em todos esses cenários confessionais, quem fala produz uma narrativa sobre a própria sexualidade, que é interpretada por uma figura de autoridade”. Até o início do século XVII, Foucault brinca que os “corpos pavoneavam” e logo em seguida a sexualidade foi confiscada pela família conjugal, com a finalidade última de reproduzir, coincidindo com o início do capitalismo e de uma nova ordem burguesa, na qual se explora sistematicamente a força de trabalho. (FOUCAULT, 2015). Uma pergunta emerge das ideias de Foucault sobre a sexualidade: como se constitui a dificuldade dos professores de biologia em abordar a sexualidade como algo para além do biológico? É importante problematizar e ampliar o olhar

¹ Hipótese repressiva: desenvolvida por Herbert Marcuse e Wilhelm Reich na primeira metade do século XX, onde a sociedade burguesa reprimiria a sexualidade no intuito de deslocar a energia para a produtividade no trabalho.

² Saber/poder: para Michel Foucault, o poder sendo um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes e como saber e poder produzem-se um ao outro e como ambos produzem individualidade.

dos professores de biologia para a questão da coexistência de um corpo biológico e político (FERNANDES, 2009) a fim de evitar a propagação de ideias oriundas do pensamento científico que historicamente sustentam posições conservadoras – lê-se aqui a manutenção de privilégios de gênero, orientação sexual, raça, classe, dentre outras.

Existe uma carência generalizada de abordagens histórico-socio-culturais sobre gênero, sexualidades e diferença na formação inicial e na formação continuada de Licenciados em Biologia, que pode resultar em professores evasivos ou despreparados para atender e educar diferentes gerações de alunos com demandas cada vez mais complexas e menos tecnicistas (OLIVEIRA, 2018). Esse cenário, com tais lacunas de formação, apresenta-se agravado com o obscurantismo atual, que avança a passos largos em diversos segmentos da sociedade, como a educação e a cultura. Vivemos tempos de repressão às manifestações artísticas, ataques sistemáticos às minorias e estes retrocessos permitiram que a legislação recente retirasse os temas *Gênero* e *Sexualidade* do Plano Nacional de Educação (PNE – BRASIL, 2014) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC – BRASIL, 2017), ainda que outros marcos legais amparem uma educação comprometida com as diferenças de gênero, raça, sexualidade e religião, como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Este texto é parte de uma tese de doutorado que busca discutir junto da escola básica as questões de sexo/gênero/sexualidade que são invisibilizadas no currículo tradicional. Partindo do marco teórico promovido nas pesquisas de Michel Foucault, construímos uma trajetória de análise de documentos³ (artigos, livros, teses) buscando evidenciar como essa discussão sobre sexo/gênero/sexualidade atravessa diferentes documentos constituindo-se em uma prática discursiva cuja emergência em sala de aula se faz necessária ao entendermos o currículo como prática para além da listagem de conceitos da biologia *in vitro*.

Problematizar o corpo orgânico e o corpo político para o professores de biologia pode contribuir para o entendimento de como ele atua, quais são seus impedimentos e obstáculos, quais são os locais de fissura na concepção biologicista. Enfim, por onde inaugurar novas perspectivas? Novos sentidos? Nova episteme? Talvez experimentando alternativas para que a atuação deste professor não esteja a serviço de uma ciência que exclui, discrimina e mata, mas para o respeito à diferença e a multiplicidade dos modos de existência. É importante

[...] sensibilizar educadores e educadoras para que percebam a diferença como constitutiva da sociedade e da escola contemporâneas, permitindo-lhes desconstruir discursos homogeneizadores que estão na base dos preconceitos.. (MACEDO, 2014, p.11)

O ambiente escolar é entendido muitas vezes como um local de “neutralidade”, entretanto é necessário problematizar essa condição em todas as esferas, especialmente a cultural, sexual, étnica e de gênero. Outros olhares sobre essa temática nascem nos movimentos sociais contemporâneos, como o feminista e o LGBTIA+⁴, entretanto a entrada no palco da educação em biologia só parece viável quando a visibilidade desses movimentos alcançar a epistemologia das ciências biológicas. Alguns aspectos sobre a concepção de ciência vigente e o discurso biologicista são abordados a seguir como prováveis barreiras à compreensão da construção discursiva do corpo, do sexo, do gênero e da sexualidade pelos professores de biologia, constituindo também barreiras à construção de uma nova epistemologia.

³ Documento: segundo Michel Foucault, é o tecido documental segundo suas unidades, seus conjuntos, suas séries, suas relações. A Arqueologia não trata os documentos como signo de outra coisa, mas o escreve como práticas.

⁴ LGBTIA+: L (lésbicas); G (gays); B (bissexuais); T (transexuais, transgêneros e travestis); I (intersexo); A (Assexuais) e + (outros grupos e variações de sexualidade e gênero)

A ciência positivista como barreira para a compreensão da diferença

A Ciência, dentro de uma concepção tradicional (leia-se positivista) é entendida como um empreendimento autônomo, objetivo, neutro e baseado na aplicação de um código de racionalidade distante de qualquer tipo de interferência externa, seja de natureza social, política ou psicológica (PALLACIOS, et al, 2003). Entretanto essa visão de ciência - calcada em dados verificáveis e quantificáveis, pretensamente neutra e imune a fatores externos - é elaborada por um sujeito cognoscente constituído e atravessado por discursos e práticas de sua configuração histórica e propaga discursos que podem fortalecer ou interditar relações de poder excludentes, mas para tanto precisa estar atento as interpelações que sofre na sociedade e carrega para a bancada sem mesmo tomar consciência de sua ex(inex)istência. Enfim, parece claro hoje para filósofos e epistemólogos que há um sujeito cientista/pesquisador que vive e atua em sociedade tanto quanto em bancadas de laboratório, que sua subjetividade não está de folga quando analisa os resultados de suas pesquisas, e que a divulgação desses resultados, ainda que pretensamente técnica, está imbricada em relações de poder micro e macroscopicamente. Quando se ignora, ou como diria Gaston Bachelard, quando não se psicanalisa o conhecimento, caímos em uma ciência infantilizada e podemos tanto ignorar novas proposições científicas potentes, quanto que as proposições científicas não se limitam ao *in vitro* e ainda podem destruir o *in vivo*.

Outros aspectos, para além do filosófico/epistemológico, que podem nos ajudar a compreender as barreiras que a ciência positivista impõe à compreensão da diferença são a concepção mecanicista de natureza e de corpo humano e a dicotomia natureza-cultura, onde a natureza é compreendida como algo externo, formada por partes de funcionamento previsível e com regularidades descritíveis por meio de leis causais deterministas: o ser humano só poderia ser estudado cientificamente caso se tornasse parte desta natureza mecanicista (OKA, 2018; LAURENTI, 2011; SANTOS, 2008). Ao investigar temas como sexo, gênero e sexualidade, os debates acabam quase sempre acentuando a divergência entre biológico e cultural, onde as características que distinguem homens e mulheres são abordadas, desde as capacidades lógico-matemáticas de meninos e meninas até as diferenças neurais conforme o sexo (HARAWAY, 2004).

A compreensão mais comum de sexo e gênero, acompanha e reforça essa dicotomia: enquanto o sexo ocupa a confortável posição de “natureza” (fixa, imutável, essencial), o gênero seria uma construção política historicamente situada. Entretanto essa concepção não é compartilhada por grande parte dos estudos feministas contemporâneos, onde tanto o sexo quanto o gênero seriam categorias construídas socialmente conforme afirma Judith Butler (2010). É possível compreender a “natureza” dissociada do conhecimento produzido sobre ela? O sexo então, não seria também um conceito produzido pelo discurso biologicista, que ampara uma série de desigualdades e hierarquizações entre as pessoas? Responder essas questões implica, em um primeiro movimento, entender que, para quem e para além da ciência, o corpo é sobretudo político, não há como falar de um corpo *in vitro*, pois vivemos, agimos e narramos um corpo *in vivo*, onde a diferença é a regra e não a exceção.

O corpo essencialmente biológico existe? Desacomodando concepções deterministas

A biologia como uma área de conhecimento que busca investigar, caracterizar e explicar a vida, produz inúmeros discursos a respeito dos organismos e também suas formas de reprodução. Vamos usar o termo discurso ao invés de teoria conforme Tomaz Tadeu em sua obra “Documentos de Identidade”:

a “teoria” está envolvida num processo circular: ela descreve como uma descoberta algo que ela própria criou. Ela primeiro cria e depois descobre, mas, como artifício retórico aquilo que ela cria acaba aparecendo como uma descoberta (TADEU, 2010, p.12).

Diante da impossibilidade de separar a descrição simbólica e linguística da realidade factual, a biologia como campo do saber acaba produzindo e legitimando discursos como o da reprodução sexuada, do binarismo macho e fêmea, dos gametas, da fecundação, dos hormônios, dos cromossomos e genes que fazem isso e aquilo, constituindo fortemente o imaginário dos professores de biologia, sendo um grande desafio questionar estes “pilares” de uma ciência tão “perfeitamente explicada e comprovada”.

Os livros de biologia da educação básica trazem o conceito de sexo biológico e reprodução sexuada como mecanismos selecionados positivamente ao longo da evolução e afirma que dois indivíduos da mesma espécie produzem gametas que distintos, que ao se unirem, recombina seus materiais genéticos, originando um terceiro indivíduo, original e único, amplificando a variabilidade da vida no planeta Terra (AMABIS & MARTHO, 2016). A reprodução assexuada, praticada pelos primeiros organismos do planeta somente replicava um indivíduo preexistente. Para a biologia, o surgimento do sexo foi um evento importantíssimo que produziu a diferença, acrescentando variabilidade a um processo que até então só originava indivíduos geneticamente iguais e podemos pensar que, antes do sexo, éramos basicamente clones.

Este posicionamento frente a diversidade da espécie é a alegria do acontecimento e parece não ser efetivado quando se trata de analisar a diversidade humana, o que novamente nos leva para o entendimento de que o mesmo sujeito cientista/pesquisador ao ter medidas diferentes para análise dos mesmos resultados quando se trata de sua própria espécie, está sim subjetivado pelos discursos e práticas de seu tempo.

O conceito de sexo biológico relativo aos animais é uma sistematização para as explicações das diferenças fisiológicas, morfológicas e comportamentais que observamos nestes, atribuindo tais diferenças a indivíduos denominados machos ou fêmeas.

Existiram sempre dois sexos, masculino e feminino, determinados pela natureza? Se olharmos para diferentes formações históricas e os discursos, veremos que não. A antropóloga Fabíola Rohden considera que a legitimidade destes discursos sobre o sexo e os corpos sexuados foi arduamente construída ao longo da modernidade, no que concerne aos seres humanos, tendo ajuda de saberes auxiliares como a fisiologia, a anatomia comparada, a embriologia, a genética que foram fornecendo os argumentos necessários à “corporificação” de demarcações morais que justificam hierarquias, dominação e exclusão entre as categorias homem e mulher (2001).

A historiadora e feminista Joan Scott, afirma que a partir das diferenças entre os sexos, constrói-se um sistema simbólico sobre homens e mulheres que repercute em todos os aspectos das sociedades ocidentais, desde o acesso à educação, a produção científica, a divisão do trabalho e a violência sexual (1995). Podemos observar que ocorreram mudanças na concepção de sexo e gênero em diferentes epistemes, onde homem e mulher são categorias sócio-culturais construídas historicamente a partir de práticas, sentidos e significados que, num determinado contexto, nomeia o que pertence a um universo masculino ou feminino, hierarquizando e dotando de “essências” os corpos sexuados (SENKEVICS e POLIDORO, 2012).

O determinismo biológico vê o corpo como “máquina” que produz diferenças de gênero (CONNELL, 1995), uma visão que tende ao reducionismo e se utiliza de enunciados pseudocientíficos que aplicam erroneamente conceitos darwinistas de seleção natural para especular “diferenças” entre homens e mulheres. Campos do conhecimento como a

sociobiologia e a psicologia evolutiva produzem discursos com fins comerciais que ganham grande ressonância no público leigo por explicar de modo simplificado, questões como o cuidado com os filhos, adultério e sexualidade (CONNELL, 2015). De outro lado, se encontra o construcionismo radical, que vê o corpo como “tela”, uma superfície sobre a qual a cultura “imprime” o gênero. O problema dessa concepção, afirma Judith Butler (2010), é o equívoco cometido ao supervalorizar o efeito da cultura e do social sobre os corpos, ignorando sua própria materialidade.

O corpo deve e pode ser compreendido tanto pela sua agência (capacidade de agir), quanto sua construção social, de modo que a biologia e o social não sejam apreendidos de maneira separada, mas que confluam em uma explicação conjunta (CONNELL, 2015).

Considerações finais

Nesse trabalho entendemos que o corpo, o gênero e a sexualidade não cabem mais na explicação determinista, na qual se refugia a maioria dos professores de biologia, tampouco no construcionismo radical. As ideias discutidas no decorrer do trabalho evidenciam o caráter circunstancial e contingente das “verdades” científicas e tais perspectivas podem enfraquecer a naturalizada concepção de sexo e gênero presente no imaginário de professores de biologia, implicando em um fazer docente talvez mais aberto e respeitoso às diferenças. Essas fissuras na parede do conhecimento biológico são importantes pois podem oxigenar e fazer surgir novos olhares dentro desta ciência mumificada por certezas.

Referências

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia Moderna 1**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2020

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

BUTLER, J. 2010a. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

CASTRO, R. P. de. Professores(as), sexualidade e educação sexual: produzindo sujeitos nos contextos do programa de educação afetivo-sexual (peas). In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED**, 31, 2008, CAXAMBU/MG.

CONNELL, R.W. **Masculinities**. Cambridge, Polity Press; Sydney, Allen & Unwin; Berkeley, University of California Press, 1995.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3.ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

DAL'IGNA, M.C.; SCHERER, R.P.; CRUZ, E. Gênero, sexualidade e formação de professores: uma análise a partir da produção acadêmica da ANPED. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n.3, p.632-655, 2017

FERNANDES, MGM. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis Revista de Saúde Coletiva** 19:1051-1065, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GARCIA PALLACIOS E.M.; VON LINSINGEN, I. (Ed.) **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)** Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2003.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

LAURENTI, C. Editorial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 509-510, 2011.

MACEDO, Elizabeth. A Cultura e a Escola. In MISKOLCI, Richard. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p.11-26.

MISKOLCI, R. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OKA, M.; LAURENTI, C. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.1, p.238-251, 2018.

OLIVEIRA, R.R.; BRANCALEONI, A.P.L. Formação de professores em sexualidade e gênero: concepções de docentes de uma escola pública do interior de São Paulo. Anais IV Congresso Nacional de Formação de Professores e XVI Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores. (2018) <https://sigeve.ead.unesp.br/index.php/submissionProceedings/viewSubmission?trabalhoId=1583> (acesso em 23/10/2019)

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. **Antropologia & Saúde collection**. 224 p. ISBN 978- 85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade** 20:71-100, 1995

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. – 1.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.